



CONTRATO Nº 02/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2623/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024

Pelo presente Instrumento de Contrato, de um lado, **SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO SAME**, Autarquia Municipal inscrita no CNPJ/MF. nº 59.045.351/0001-61, ato representado pelo Superintendente do Serviço de Assistência Médica, Senhor **THIAGO CAMPOS AMADO**, brasileiro, solteiro, funcionário público, portador da célula de Identidade [REDACTED] e CPF/MF Nº [REDACTED] com endereço profissional acima indicado, de ora em diante denominada simplesmente SAME, e, de outro lado, a empresa **AIRLAB ANALÍTICA LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ.sob nº 16.784.311/0001-29 com endereço à neste ato representada pelo Senhor **SÉRGIO SILVA DE OLIVEIRA**, Brasileiro, Casado, Sócio Diretor, portador da Cédula de Identidade [REDACTED] e do CPF/MF. n.º [REDACTED] de ora em diante denominada simplesmente CONTRATADA. As partes acima qualificadas, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, têm entre si justo e acertado este contrato para aquisição de oxigênio medicinal, tudo em perfeita harmonia com a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 18/2024 e nos termos autorizados pela Lei Federal n.º 14.133/21, mediante as cláusulas e condições a seguir elencadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente **AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, BEM COMO USO DE CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS, FROTA DE AMBULÂNCIAS E ENTREGA DOMICILIAR A PACIENTES EM USO DE OXIGENOTERAPIA EM TODO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, em conformidade com o "TERMO DE REFERÊNCIA - **ANEXO I** do Edital do Pregão Eletrônico nº 18/2024.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	Valor Unitário m³	Valor Global
01	Aquisição de Oxigênio Medicinal. Comodato: -Cilindros com capacidade de 7m³ a 10m³ – 500 UND. -Cilindros com capacidade de 1m³ a 2,5m³ – 150 UND.	m³	90.000	R\$ 12,99	R\$ 1.169.100,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.169.100,00	

1.2. A Proposta de Preço apresentada pela CONTRATADA no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024, fica fazendo parte integrante deste contrato.

1.3. A Administração rejeitará no todo ou em parte o fornecimento do objeto em desacordo com o licitado.



1.4.A Empresa vencedora tem o prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do Contrato para realizar a instalação de todos os cilindros nos locais apontados pelo Almoxarifado.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO CONTRATUAL

2.1. Este contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura, admitindo a prorrogação nos casos legais, desde que mantida a vantajosidade e o interesse da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR/ DO REAJUSTE/ DOS PAGAMENTOS/ DA GARANTIA CONTRATUAL

3.1. **DO VALOR**, O valor a ser pago para a CONTRATADA será calculado com base no preço apresentado na proposta constante na "PROPOSTA READEQUADA".

3.2. DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

3.2.1 Será admitido o reajuste do preço do serviço objeto deste contrato, com prazo de vigência igual o superior a doze meses, mediante a aplicação do **(Índice de Preço ao Consumidor - IPC/FIPE)** ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas - FGV**, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura de contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

§1º Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste até 15 (quinze) dias anteriores a data do vencimento contratual, ocorrerá a preclusão do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

§2º O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato.

§3º A Administração deverá assegurar-se de que o novo valor é compatível com os preços praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

3.2.2. A apreciação de eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pelo Contratante, sob amparo do que prescreve o Art. 124, II, 'd', da Lei Federal nº 14.133/2021, dependerá de comprovação, pela Contratada, da quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual, tais como notícias de jornais e da Internet, análises conjunturais e econômicas, ou, caso se aplique, a criação ou alteração de tributos ou de encargos legais ou ainda a superveniência de disposições legais que tenham impacto sobre o preço contratado, a qual será analisada pela Procuradoria-Geral da Autarquia.

8

§1º A Administração analisará os pedidos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do protocolo da documentação citada na cláusula 12.2, podendo ser prorrogado dependendo da complexidade do objeto.

3.2.3. A autorização de revisão dos preços contratados dependerá de aprovação pelo Contratante, após análise técnica, contemplando os pagamentos dos serviços realizados a partir da data de assinatura do Termo Aditivo.

3.2.4. Os pedidos de Reajuste e Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Deverão ser protocolado na Secretaria do SAME - Praça da Liberdade, nº 10 - 2º Andar, Jardim Sinobe - Francisco Morato/SP, ou pessoalmente ou via Correspondente, cabendo ao solicitante o acompanhamento e confirmação do recebimento e eu devido protocolo.

3.3. DO PAGAMENTO

3.3.1. O pagamento será feito mediante depósito em conta bancária, de qualquer modo no prazo de até 30 (Trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal Eletrônica, expedida após a efetiva prestação dos serviços ou entrega do objeto, diretamente na conta da contratada.

3.3.2. O gestor do contrato dará o aceite na nota fiscal. O aceite dado pelo gestor subentende que o contratado cumpriu integralmente com as disposições contidas no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do Edital da Licitação. Após, os autos serão encaminhados à Coordenadoria de Finanças do SAME/FM para fins de pagamento.

Parágrafo único: *A licitante vencedora emitirá para a Administração Pública semanalmente após a entrega do objeto desta licitação a Nota Fiscal de acordo com as normas estabelecidas no Termo de Referência, a qual deverá ser emitida discriminando:*

- a) quantidade de m³ entregue;
- b) valor unitário do m³;
- c) valor total do m³.

3.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitado pelo SAME/FM, os seguintes documentos

- I. Relação de empregados efetivamente utilizados na execução dos serviços;
- II. Cópias da folha de pagamento onde constem os nomes dos empregados que participaram na execução dos serviços;
- III. Cópia do comprovante de pagamento dos salários e demais direitos trabalhistas dos empregados efetivamente utilizados na execução dos serviços;

8

IV. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS/GFIP;

V. Fotocópia de Guia de Recolhimento da Previdência Social INSS/GPS ou DARF DCTFWEB.

3.3.4. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, será imediatamente solicitado à CONTRATADA carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a Coordenadoria de Finanças no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

3.3.5. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento Será recontado, a partir da data da sua apresentação.

Parágrafo único: *excepcionalmente no mês de janeiro de cada exercício o pagamento se dará até o dia 31, haja vista, o encerramento e ao abertura do orçamento do município.*

3.4. GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

3.4.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA QUARTA: DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

4.1. O presente Contrato poderá ser cancelado, de pleno direito:

4.1.1. Pelo SAME/FM quando:

- a) A contratada não cumprir as obrigações constantes no termo de referência;
- b) A contratada não retirar a Ordem de Serviço ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a SAME/FM não aceitar sua justificativa;
- c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do pedido, decorrente do Termo de Contrato;
- d) Os preços negociados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a contratada não aceitar a sua redução;
- e) Por razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração;
- f) A comunicação do cancelamento do contrato, nos casos previstos na letra "a" deste subitem, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante nos autos que deram origem ao Termo de Contrato;
- g) Nos casos de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da contratada, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o Termo de Contrato.

4.1.2. Pela contratada quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Termo de Contrato.

4.1.3. A solicitação da contratada para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no contrato, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA/DO ORÇAMENTO E DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1.A despesa decorrente deste Contrato no valor de **R\$ 1.169.100,00 (um milhão, cento e sessenta e nove mil e cem reais)**, serão cobertas pelas seguintes dotações orçamentárias:

03.00.00 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato

03.01.00 - SAME – Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato

10.301.0012.2021 – Conservação e Funcionamento dos Serviços do SAME

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

“Destinação de Recurso”

01.310.0000 – Recurso Ordinário

02.300.0000 – Recurso Estadual

05.300.0000 – Recurso Federal Ordinário

05.800.0000 – Recurso Federal Voluntário

5.2. Após a efetiva prestação dos serviços, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, discriminando a quilometragem percorrida, acompanhada das respectivas ordens de serviços, certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas, observando-se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas do Edital, após os autos serão encaminhados a Diretoria de Finanças do SAME/FM para fins de pagamento.

5.3. A Diretoria de Finanças do SAME/FM efetuará os pagamentos, mediante crédito em conta bancária, de qualquer modo no prazo de até 30 (TRINTA) dias, contados da apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica expedida.

CLÁUSULA SEXTA: DA NOTA DE EMPENHO

6.1. A nota de empenho deverá ser retirada no Departamento de Finanças do SAME/FM.

CLÁUSULA SÉTIMA: 7. DAS REGRAS APLICÁVEIS À PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. Considerando o Tratamento de Dados Pessoais que é realizado pelas Partes, seus funcionários, representantes, contratados ou outros, as Partes devem garantir que qualquer pessoa envolvida no Tratamento de Dados Pessoais em seu nome, em razão deste instrumento, cumprirá esta cláusula, sendo que as partes atuarão

conjuntamente nas operações que tratem Dados Pessoais:

CONTRATADA: AIRLAB ANALÍTICA LTDA

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: SÉRGIO SILVA DE OLIVEIRA

E-mail: sergio.doliveira@airlabanalitica.com.br

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO

Encarregado Pela Proteção de Dados Pessoais: MARCO ANTÔNIO BARBOSA

E-mail: marco.barbosa@saude.franciscomorato.sp.gov.br

7.2. As Partes tratarão os dados pessoais para a finalidade e as obrigações contratuais descritas neste instrumento ou outras definidas por meio de aditivos contratuais. Igualmente, as Partes não coletarão, usarão, acessar, manterão, modificarão, divulgarão, transferirão ou, de outra forma, tratarão dados pessoais, de maneira que viole a finalidade, dando ciência à outra parte sobre qualquer incidente. As Partes tratarão os Dados Pessoais em observância a todas as leis de privacidade e proteção de dados aplicáveis.

7.3. As Partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente instrumento, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados. inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018), sob prejuízo da Parte infratora responder pelas perdas e danos devidamente apuradas.

7.4. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais Sensíveis estão sujeitos a um maior rigor legal e, portanto, exigem maior proteção técnica e organizacional. Assim, quando houver operações de Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis, deve ser garantido que as proteções técnicas apropriadas, aptas a manter a integridade, confidencialidade e segurança destas informações sejam implementadas, como por exemplo, a criptografia. As Partes concordam em realizar o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis apenas quando estritamente necessário para cumprir com as disposições contratuais.

7.5. As Partes assegurarão que os Dados Pessoais não sejam acessados, compartilhados ou transferidos para terceiros (incluindo subcontratados, agentes autorizados e afiliados) sem o consentimento expresso do detentor dos dados ou quando não haja base legal. Caso seja ajustada entre as Partes estas operações de tratamento, elas devem garantir que tais terceiros se obriguem, por escrito, a garantir a mesma proteção aos Dados Pessoais estabelecida neste instrumento. As Partes serão responsáveis por todas as ações e omissões realizadas por tais terceiros, relativas ao Tratamento dos Dados Pessoais, como se as tivessem realizado.

7.6. As Partes concordam e declaram possuir medidas implementadas para proteger as informações pessoais tratadas, possuir uma política de segurança da informação instituída, a qual deverá determinar medidas técnicas e administrativas capazes de garantir a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações tratadas.

8

7.7. As Partes concordam que qualquer auditor ou empresa de segurança terceirizada que celebre um contrato com uma das Partes deverá:

- I. usar as informações confidenciais da outra Parte somente para fins de inspeção ou auditoria;
- II. manter as informações confidenciais da outra Parte (incluindo quaisquer informações relativas a seus outros clientes) confidenciais; e
- III. Tratar os Dados Pessoais em observância as regras aqui estabelecidas.

7.8. Quando da extinção do vínculo contratual e obrigacional existente, as Partes deverão devolver os dados pessoais compartilhados em razão das finalidades previamente pactuadas e realizar a exclusão definitiva e permanente dos mesmos, desde que inexistir base legal para tratamento desses dados. Não obstante, em caso de solicitação expressa e justificada, por escrito, de uma das Partes, deverá a outra Parte manter em arquivo os dados pessoais compartilhados para cumprimento da finalidade determinada pelo presente instrumento, pelo tempo determinado na solicitação.

7.9. Não obstante qualquer disposição em contrário, as obrigações definidas neste Contrato, perdurarão enquanto as Partes continuarem a ter acesso, estiverem na posse, adquirem ou realizarem qualquer operação de Tratamento aos Dados Pessoais obtidos em razão da presente relação contratual, mesmo que o presente instrumento tenha expirado ou sido rescindida.

7.10. Caso os prazos omissos na legislação venham a ser regulamentados, as partes permanecerão a cumprir os prazos aqui previstos, desde que não sejam contrários ao previsto na legislação se assim for, estes prevalecerão em detrimento dos prazos aqui acordados, em tempo hábil e sem demora injustificada, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes no atendimento das requisições realizadas pelos titulares de dados, ou, ainda, em situações que envolvam incidentes de segurança

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. efetuar o pagamento à contratada, na forma estabelecida nesta licitação:

8.1.2. conferir, vistoriar e aprovar, os serviços entregues pela **contratada**, desde que atendidas as especificações constantes deste **Termo de Contrato**:

Parágrafo Primeiro: O Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos, através do servidor designado como Gestor dos Contratos

Parágrafo Segundo: A fiscalização acima descrita, em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades legais.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- a) Entregar o objeto de acordo com os prazos estabelecidos.
- b) Substituir, durante o prazo de GARANTIA, às suas expensas, o objeto que apresentar irregularidades impeditivas quanto a sua utilização;
- c) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do objeto, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- d) Manter os dados cadastrais atualizados junto ao SAME;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo SAME.
- f) Arcar com eventuais prejuízos causados ao SAME e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- g) Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pelo SAME, de acordo com as especificações De Descritos do Objeto;
- h) Comunicar imediatamente ao SAME qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros, necessários para o recebimento de correspondências;
- i) Manter durante o período de fornecimento o objeto, as condições de habilitação geral exigidas neste Termo e no Edital da licitação;
- j) Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento do objeto desta licitação até sua efetiva entrega, inclusive armazenagem, mão de obra, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas comerciais se for o caso e outras decorrentes da execução do fornecimento do objeto serão de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente

devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo;

VIII Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. comportar-se de modo inidoneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo 1º. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo 2º A sanção prevista no inciso I da subcláusula 10.2. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I da subcláusula 10.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo 3º. A sanção prevista no inciso II da subcláusula 10.2., calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento)

8

nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na subcláusula 10.1.

Parágrafo 4º. A sanção prevista no inciso III da subcláusula 10.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 10.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo 5º. A sanção prevista no inciso IV da subcláusula 10.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII da subcláusula 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da subcláusula 10.1. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no Parágrafo 4º desta subcláusula, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo 6º. A sanção estabelecida no inciso IV da subcláusula 10.2., será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- a) Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- b) Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

Parágrafo 7º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da subcláusula 10.2., poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II da subcláusula 10.2..

Parágrafo 8º. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo 9º. A aplicação das sanções previstas na subcláusula 10.2., não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 dias;
- c) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme descrito na subcláusula 10.4.;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, com o consequente descredenciamento, pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, conforme descrito na subcláusula 10.5.;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida até a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. A multa de que trata o inciso II da subcláusula 10.2., será aplicada da seguinte forma:

- I. nos casos de atraso na entrega do objeto ou na entrega meramente parcial, que se prolongue até o 10º (décimo) dia, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia, calculado sobre o valor do empenho;
- II. nos casos de atraso na entrega do objeto ou entrega meramente parcial, que se prolongue do 11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia, será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculado sobre o valor do empenho;
- III. à licitante que pretendendo se valer do tratamento dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, não apresentar os documentos eventualmente necessários à complementação da habilitação jurídica, será também aplicada multa de 10% (dez por cento) do valor da proposta que tiver inicialmente apresentado no certame;
- IV. nos casos de inexecução total da obrigação, que se configura com a recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estipulado bem com a mora na entrega do objeto por prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do dia imediatamente posterior à assinatura do Contrato, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do empenho;

10.4.1. Para a aplicação da multa de mora tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor acionará, por meio de memorando, o departamento financeiro deste Serviço



de Assistência Médica Francisco Morato – SAME, para que proceda ao desconto por ocasião do pagamento das notas fiscais/faturas, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador de multa.

10.5. Ficará **impedida de contratar** com o Serviço de Assistência Médica Francisco Morato – SAME e será descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, **pelo prazo de 03 (três) anos**, conforme previsto no inciso III da subcláusula 10.2., sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que, sagrada vencedora:

- I. recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato quando for o caso;
- II. deixar de entregar documentação exigida no edital;
- III. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV. não manter a proposta de preço.

10.6. Será **Declarada inidônea** e descredenciada do respectivo Cadastro de Fornecedores, **pelo prazo de 06 (seis) anos conforme previsto no inciso VI da subcláusula 10.2.**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, a licitante que:

- I. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- II. comportar-se de modo inidôneo;
- III. fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

10.7. A licitante e a adjudicatária somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

- I. comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;
- II. manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

10.8. As multas e demais penalidades previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

10.9. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Superintendente do SAME/FM e protocolizados em dias úteis, das 9h00min às 16h00min, na Praça da Liberdade, nº 10 – 2º Andar – Jd. Sinobe – Francisco Morato (SP) – CEP: 07908-165.

10.10. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em

8

lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

10.11. Após o vencimento do prazo recursal, os valores referentes às penalidades pecuniárias serão cobrados nos moldes do subitem 10.4.1. Não havendo pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Este contrato administrativo se vincula ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024 regula-se por suas próprias cláusulas, rege-se pela Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e sujeita-se as normas de Direto Público.

11.2 O SAME/FM poderá, unilateralmente, desde que por motivo de interesse público relevante ou conveniência administrativa, sempre devidamente justificada, rescindir o presente contrato, mediante comunicação com prazo de 10 (dez) dias, sem que tal fato gere qualquer direito à Contratada, ressalvadas as hipóteses contempladas por Lei.

11.3 Atuará como gestora do presente instrumento de contrato a Sra. **JOSILEIDE LEITE VICENTE GREGORIO**, Diretora de Materiais e Almoxarifado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Para todos os efeitos legais, visando à exata caracterização do objeto contratual, além de estabelecer procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraidas, bem assim elencar as responsabilidades da CONTRATADA, integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, com todos os seus anexos, os seguintes documentos:

a) **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2024**, com todos os seus Anexos;

b) Proposta da CONTRATADA.

12.1.1. Os documentos referidos na presente Cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definir a sua extensão, as suas obrigações, e, desta forma, reger a execução do objeto contratado

12.2. Para conhecer e julgar quaisquer questões oriundas deste contrato será competente o Forum da Comarca de Francisco Morato, ainda que exista outro mais privilegiado.

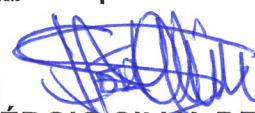
12.3. E por estarem assim devidamente contratadas, as testemunhas.

Francisco Morato, 08 de janeiro de 2025.

THIAGO CAMPOS AMADO
Superintendente do SAME/FM



SAME
Serviço de
Assistência Médica
de Francisco Morato


SÉRGIO SILVA DE OLIVEIRA
AIRLAB ANALÍTICA LTDA

Sérgio D'Oliveira
CEO - Chief Executive Officer
AirLab Analítica LTDA.
CNPJ: 16.784.311/0001-29

TESTEMUNHAS:

1) testemunha Vitorino Queiroz 

2) testemunha Rosângela Gouveia 



8

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM

CONTRATADO: AIRLAB ANALÍTICA LTDA

CONTRATO Nº 02/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, BEM COMO USO DE CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS, FROTA DE AMBULÂNCIAS E ENTREGA DOMICILIAR A PACIENTES EM USO DE OXIGENOTERAPIA EM TODO PERÍMETRO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, EM CONFORMIDADE COM "TERMO DE REFERENCIA" ANEXO I DO EDITAL.

ADVOGADO/Nº OAB: JULIO CEZAR DA SILVA CATALANI OAB Nº 218.757

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

FRANCISCO MORATO, 08 DE JANEIRO DE 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

Pela contratada: AIRLAB ANALÍTICA LTDA

Nome: SÉRGIO SILVA DE OLIVEIRA

Cargo: SÓCIO DIRETOR

CPF: [REDACTED]

Assinatura: x _____

Sérgio D'Oliveira

CEO - Chief Executive Officer

Airlab Analítica LTDA.

CNPJ: 16.784.311/0001-29

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: THIAGO CAMPOS AMADO

Cargo: SUPERINTENDENTE

CPF: [REDACTED]

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: JOSILEIDE LEITE VICENTE GREGORIO

Cargo: Diretora de Materiais e Almoxarifado

CPF: [REDACTED]

Assinatura: *Josileide W. Gregório*